

# Construindo pontes? A estrutura da política internacional: mesmo conceito, distintas abordagens

*Building bridges? The structure of international politics: same concept, distinct approaches*

Kaianne Antoniazzi Premoli\*

## Resumo

O conceito de estrutura da política internacional pode ser considerado um dos mais complexos da disciplina de Relações Internacionais, visto que seus significados são discutidos até hoje. Nesse sentido, o trabalho investiga possíveis diferenças e semelhanças quanto à ontologia do conceito de estrutura entre Kenneth Waltz e Alexander Wendt. São exploradas também, críticas pós-estruturalistas da disciplina consideradas pertinentes para a reflexão epistemológica do conceito. Concluiu-se que as bases ontológicas da estrutura são distintas entre as duas teorias, já que ao incluir premissas sociais em sua teoria, Wendt se afasta do Realismo Estrutural. Isto ocorre porque a inclusão de ideias origina um “novo modelo” de estrutura, com lógica explicativa e funcionamentos próprios.

**Palavras-chave:** Estrutura da Política Internacional. Kenneth Waltz. Neorealismo. Alexander Wendt. Construtivismo. Estruturalismo. Pós-estruturalismo.

## Abstract

The concept of the structure of international politics can be considered one of the most complex of the discipline of International Relations, since its meanings are discussed until today. In this sense, the work investigates possible differences and similarities regarding the ontology of the concept of structure between Kenneth Waltz and Alexander Wendt. It was also explored, poststructuralist critiques of the discipline considered relevant for the epistemological reflection of the concept. It was concluded that the ontological bases of the structure are distinct between the two theories, since the including of social premises in its theory, Wendt moves away from the Structural Realism. This is because the inclusion of ideas gives rise to a “new model” of structure, with own explanatory logic and functions.

**Keywords:** Structure of International Politics. Kenneth Waltz, Neorealism. Alexander Wendt. Constructivism. Structuralism. Post-structuralism.

\* Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Contato: kaianne.antoniazzi@gmail.com

## Introdução

A estrutura da política internacional consagrou-se, a partir da década de 1970, como um importante conceito da disciplina de Relações Internacionais (RI). Sua presença ronda relevantes debates entre os intelectuais do campo e seus significados são revistos até hoje. Sua definição não é simples, da mesma forma como o fenômeno que pretende explicar: a política internacional. Com base nessas implicações, o presente trabalho teve como objetivo comparar o conceito de estrutura da política internacional entre o Realismo Estrutural de Kenneth Waltz e a Teoria Social de Alexander Wendt. O intuito foi buscar por semelhanças e divergências no posicionamento dos dois autores quanto à ontologia do termo. A partir desse objetivo, a hipótese foi de que entre as duas teorias existem mais divergências que semelhanças para o conceito de estrutura. Ou seja, eles partem de ontologias diferentes, o que deu origem a dois tipos distintos de estrutura da política internacional, com funções e entendimentos particulares a cada teoria.

Definir exatamente o que é política internacional não é um trabalho fácil, quanto mais vista a partir de uma estrutura que a condiciona. Devido a essa dificuldade de encontrar um denominador comum para definir o conceito de estrutura é que os teóricos ainda se debruçam no seu estudo e crítica.

Dentre estes esforços, o conceito foi trabalhado e definido teoricamente pela primeira vez por Kenneth Waltz em 1979. A repercussão do Realismo Estrutural é visível em toda a disciplina de RI. O recorte da estrutura introduzido pelo autor foi responsável por dar um caráter mais “científico” ao estudo da política internacional e o Realismo Estrutural se transformou em uma das bases do *mainstream* na área. Mesmo os que não concordam com o autor fazem referência, em alguma medida, à sua obra. Dessa forma, daqueles que comungam das mesmas premissas neorrealistas aos pós-modernos, Waltz é revisitado para que se apoie ou se critique sua obra. Com o mesmo intuito de definir a estrutura da política internacional, Alexander Wendt adotou a via construtivista e também tratou do assunto em sua Teoria Social, em 1999. Este autor se consolidou como um dos principais expoentes do construtivismo nas RI principalmente a partir do seu artigo *Anarchyis What States Make of It: The Social Construction of Power Politics* (1992) e posteriormente com a Teoria Social da Política Internacional. Sua obra, assim como a de

Kenneth Waltz, influenciou uma série de trabalhos posteriores e o construtivismo nas RI é conhecido, em grande medida, por premissas introduzidas pelo autor, como, por exemplo, a ideia de agência na política internacional e a construção de relações sociais entre os Estados (JACKSON; SORENSEN, 2013). É importante lembrar que entre muitos outros que também já se dispuseram a fazer o mesmo, estes são apenas dois autores e suas respectivas teorias.

Em consequência da hipótese principal, de que os autores partem de ontologias distintas para o conceito de estrutura, ainda se supôs que estes diferentes caminhos teóricos fizeram com que Alexander Wendt não concretizasse seu projeto de via média. Via média esta que o autor pretendia traçar entre debates teórico-acadêmicos tais como o positivismo e pós-positivismo, realismo e pós-modernismo, estruturalismo e individualismo, etc. Afinal, ao contrário de dar origem a uma teoria estruturalista que unisse diversas abordagens em um *middleground*, Wendt formulou uma teoria com características únicas.

Com base nestes pontos iniciais o trabalho aborda na primeira e segunda seção as premissas que sustentam o conceito de estrutura no Realismo Estrutural e na Teoria Social, respectivamente, e por fim, na última seção, as duas noções de estrutura são comparadas. Também são expostas as principais críticas à via média de Alexander Wendt e outras ponderações consideradas relevantes para compreender algumas das principais críticas pós-estruturalistas na disciplina.

## **A estrutura da política internacional no Realismo Estrutural de Kenneth Waltz**

Para Kenneth Waltz, a estrutura da política internacional é um nível de análise que, aplicado no âmbito internacional, compreende a posição em que as unidades políticas ocupam e de que forma elas estão organizadas umas em relação às outras, dado que a estrutura está contida no sistema internacional e contém em si mesma as unidades políticas. Sua definição é essencialmente abstrata, mas implica também na observação das capacidades das unidades<sup>2</sup> (WALTZ, 1979).

---

2. As capacidades são os atributos que as unidades dispõem que lhe conferem maior ou menor poder (WALTZ, 1979).

Ontologicamente, para que Waltz alcançasse uma definição resoluta de estrutura, uma série de temas, questões e/ou conceitos precisaram ser intencionalmente ignorados. Entre estas questões estão instituições econômicas e políticas, influência e atuação de líderes políticos e, inclusive, as relações criadas entre os Estados (as unidades no Realismo Estrutural). As interações políticas, econômicas ou sociais construídas entre os Estados não são abordadas no nível de análise da estrutura e são deixadas propositalmente no nível de análise das unidades. Este aspecto deriva do que o próprio autor observa: “definir uma estrutura requer ignorar como as unidades se relacionam umas com as outras (como elas interagem) e se concentrar em como elas se dispõem umas às outras (como elas são organizadas ou posicionadas)” (WALTZ, 1979, p. 80, tradução nossa).<sup>3</sup> Portanto, as interações entre os Estados são, para Waltz, do campo de domínio das unidades, enquanto a forma como elas estão dispostas é do domínio da estrutura.

Ao passo que o domínio das unidades é marcado pela hierarquia e centralização, a estrutura é caracterizada pela sua descentralização e anarquia, consequência da falta de uma organização inter-nacional que possa coagir as unidades. O autor parte desta reflexão para expor uma contradição própria da estrutura que consiste na coexistência da anarquia a medida que o próprio conceito de estrutura implica, por si só, numa ordem ou conjunto próprio de regras. Com a finalidade de sanar tal contradição, Waltz (1979) produz uma analogia resgatada na teoria microeconômica para, a partir dela, exemplificar a existência de anarquia na estrutura. A analogia está na forma como a microeconomia cria uma rede de mercados a partir de um conjunto desordenado de iniciativas econômicas que atuam de forma independente. Estas iniciativas buscam, individualmente, por sucesso e se tornam um agrupamento de unidades econômicas interessadas no seu próprio benefício. Estes agrupamentos formam os mercados, os quais se tornam uma força superior que as unidades são incapazes de controlar, apesar de fazerem parte do seu processo de formação. O que Waltz (1979) pretende traçar como comparação entre a teoria microeconômica e a sua própria, é que ambas inserem uma estrutura que constribe as unidades a agirem de uma determinada forma, ainda que sejam parte da sua formação.

---

3. To define a structure requires ignoring how units relates with one another (how they interact) and concentrating on how they stand in relation to one another (how they are arranged or positioned).

Neste cenário de constrangimentos estruturais, a autoajuda é o comportamento decorrente que empurra as unidades políticas à busca pela sobrevivência e que torna arriscados os empenhos individuais de mudança estrutural. Waltz (1979) defende que os Estados podem ou não ter outras ambições, mas não podem escapar da autoajuda em primeiro plano para conseguirem aspirar outros objetivos.

Contudo, alguns Estados, ainda que sofram consequências negativas, optam às vezes por um tipo de comportamento contrário ao aconselhado pela experiência. Para Waltz (1979) isso pode ser explicado com base nas características do Estado e na sua posição enquanto unidade do Sistema Internacional (SI). O autor sublinha que para ele, os Estados não são e nunca foram os únicos atores internacionais, mas são eles as unidades políticas, dada a importância que ocupam na estrutura<sup>4</sup>.

A soberania estatal não significa a isenção de constrangimentos estruturais, mas sim que os Estados são os únicos atores da estrutura capazes de traçarem seus próprios destinos a partir do contexto em que estão inseridos. Ressalta-se, portanto, que os Estados estão ligados pelo seu caráter político e separados pelas suas escolhas e capacidades. As capacidades são o ponto crucial no Realismo Estrutural para compreender as unidades e neste sentido, se duas unidades concentrarem a maior parte das capacidades para si, então o sistema se torna bipolar e se as capacidades estiverem distribuídas de forma semelhante entre as unidades, o sistema se torna multipolar. Não importam quais capacidades ou que Estados especificamente as recebam, mas sim, a forma como estão distribuídas pelas unidades (WALTZ, 1979).

Ao caracterizar as unidades por suas capacidades, pelo poder distribuído entre os Estados, Waltz (1979, p. 98, tradução nossa)<sup>5</sup> argumenta: “Embora as capacidades sejam atributos de unidades, a distribuição de capacidades entre as unidades não é. A distribuição de capacidades não é um atributo da unidade, mas sim um conceito que abrange todo o sistema”. O autor argumenta também que interesses sociais, políticos ou econômicos dos Estados, conquanto existam, não são levados em conta para a construção da teoria,

---

4. Os Estados são as unidades políticas na contemporaneidade. Para Waltz (1979), unidades políticas sempre existiram, mas variaram conforme o momento histórico.

5. Although capabilities are attributes of units, the distribution of capabilities across units is not. The distribution of capabilities is not a unit attribute, but a rather system-wide concept.

dados que sua exclusão é justificada no intuito de construir uma teoria que mostre a posição das unidades na estrutura e não suas qualidades específicas. Dito isto, a distribuição das capacidades entre as unidades na estrutura leva os Estados ao que Kenneth Waltz (1979) denomina balanças de poder. Estas estão conectadas intimamente à característica anárquica da estrutura e aos constrangimentos estruturais que os Estados sofrem e que os levam a autoajuda. A autoajuda, bem como as balanças de poder, decorrem da característica anárquica do sistema.

A iniciar sua exposição sobre a anarquia na política internacional, Waltz (1979, p. 102, tradução nossa)<sup>6</sup> ressalta o seguinte: “Entre os Estados, o estado de natureza é um estado de guerra. Isto se entende não no sentido de que a guerra ocorre constantemente, mas no sentido de que, a cada Estado que decide por si mesmo se usa ou não a força, a guerra pode surgir a qualquer momento”. Com base nisso, o autor discorda da ideia de que apenas o SI, por ser anárquico, está sujeito ao caos e a guerra. Para o autor, este tipo de afirmação está incorreto, pois a anarquia internacional é suscetível à violência e ao caos da mesma forma em que Estados e governos também são. As duas esferas podem sofrer das mazelas da violência, independentemente de estarem em níveis de análise diferentes. Sendo assim, se ambos estão vulneráveis a estes mesmos infortúnios, outra forma de distingui-los deve ser traçada (WALTZ, 1979).

As duas esferas passam por tempos de maior ou menor uso da violência e nos dois casos, o uso da força – ou o constante medo do seu uso – pode ser praticado pelos Estados. A linha que difere a violência nestes dois campos não está na sua simples existência, mas na forma como está organizada interna e externamente para que o Estado a pratique. Ou seja, ainda que a violência possa ser praticada por diversos sujeitos dentro do Estado, apenas o governo possui o uso legítimo da força. Isto ocorre porque, internamente, Estados não precisam da autoajuda, já que estão no topo da sua própria hierarquia (WALTZ, 1979).

Se na esfera interna os Estados estão no topo da hierarquia e determinam o uso da força, na estrutura internacional eles convivem em anarquia e não dispõem de mecanismos de controle da

---

6. Among states, the state of nature is a state of war. This is meant not in the sense that war constantly occurs but in the sense that, with each state deciding for itself whether or not to use force, war may at any time break out.

força dos demais. Tal situação gera medo e insegurança de serem atacados violentamente pelos demais. Neste sentido, para Waltz (1979), enquanto Estados estão legitimados a usarem a força em seus territórios, na estrutura internacional o uso da força e da violência é um medo constante que assombra os Estados, afinal não há formas definitivas de se ter certeza se outra unidade pode ou não atacar. Como consequência, em um ambiente como este, em que a violência está sempre à espreita, os Estados têm dificuldade em cooperar uns com os outros e se sentem vulneráveis ao fazer isso: primeiro porque temem serem menos recompensados que os demais nas relações de cooperação e segundo, porque não querem depender de outro Estado para assuntos vitais (WALTZ, 1979).

Neste cenário, os Estados podem demonstrar insatisfação com os efeitos da estrutura e desejar, de algum modo, mudá-los. Mas, para Waltz (1979), os Estados são incapazes de mudar o sistema internacional. No entanto, no que tange à estrutura: “Os Estados [...] podem sair da armadilha apenas mudando a estrutura do seu campo de atividade. Esta mensagem vale a pena repetir: o único remédio para um forte efeito estrutural é uma mudança estrutural” (WALTZ, 1979, p. 111, tradução nossa).<sup>7</sup>

Ao ressaltar a noção de mudança estrutural, Waltz (1979) está se referindo a “possibilidade” de existência de outra forma de estrutura além da anárquica: a hierárquica. Esta seria marcada pela existência de alguma forma de organização que pudesse ordenar e controlar os Estados no Sistema Internacional. Numa organização deste tipo, disposta a governar os Estados, o controle das forças militares que os Estados dispõem seria uma dentre muitas maneiras de evitar o confronto entre as unidades e evitar o surgimento de dissidentes, propensos a por em risco a existência da organização. Para poder controlar os Estados, especialmente os mais fortes, tal organização teria de ser mais poderosa que as unidades para poder cumprir a função de manter a ordem e a segurança. Segundo o autor, conforme a centralização e o poder da organização aumentassem, na mesma medida os Estados se esforçariam para expandir seu poder a fim de controlar o ordenamento central desta nova estrutura (WALTZ, 1979).

---

7. States (...) can get out of the trap only by changing the structure of their field of activity. The message bears repeating: The Only remedy for a Strong structural effect is a structural change.

Por fim, de forma resumida, a ontologia da estrutura da política internacional no Realismo Estrutural de Kenneth Waltz (1979) se caracteriza pelo constrangimento das unidades políticas através dos efeitos estruturais, que punem as unidades que vão contra o sistema vigente (anárquico). Neste ambiente anárquico, a autoajuda é o comportamento melhor recompensado e incita as unidades políticas à busca pela sobrevivência.

## **A estrutura da política internacional na Teoria Social de Alexander Wendt**

Alexander Wendt buscou superar o Realismo Estrutural de Kenneth Waltz ao inserir uma nova formulação à noção de estrutura da política internacional. O arcabouço reflexivo e epistemológico de Wendt lhe permitiu desenvolver o conceito de estrutura em duas vias: de um lado, para que servisse à teoria e de outro para que explicasse da melhor maneira possível a realidade. Nesta perspectiva, a seção demonstra as reflexões que sustentaram as argumentações do autor e o “novo sentido” ontológico e epistemológico inaugurado pelo autor em relação ao assunto em discussão.

O realismo científico adotado por Wendt (2017) alega a independência da realidade em relação aos seus observadores, suas respectivas linguagens, ações e interpretações. Para os realistas científicos, o mundo existe independentemente dos seres humanos e de suas observações individuais. Estes defendem que teorias maduras devem se dispor a investigar esse mundo independente, mesmo no caso dos eventos ou fatos não-observáveis<sup>8</sup> e que podem não ser capturados pelos sentidos humanos (BOOTH; SMITH; ZALEWSKI, 1996).

Apesar da constatação da existência dos não-observáveis por parte do realismo científico, uma contradição parece surgir desta mesma afirmação: se não-observáveis existem na realidade independentemente da ação humana, como sua formação acontece? Wendt (2017) busca sanar tal contradição ao postular aos não-observáveis a mesma condição objetiva que as formas naturais possuem. O autor propõe que as formas sociais, com o decorrer do

---

8. As formas sociais, ou observáveis, dizem respeito ao que se pode perceber com os sentidos. Já os não-observáveis, ou formas sociais, compõem o que não se percebe materialmente, mas que se tem consciência de sua existência, como por exemplo o Estado e suas instituições.



tempo, podem atingir autonomia quanto à necessidade de teorias e interpretações e que nesse processo o não-observável se torna um dado objetivo. O autor exemplifica tomando o Estado como base de reflexão: conforme se atribui identidade a um Estado ao dizer que a “Alemanha é a Alemanha” e que “alemães são alemães”, por determinadas características que o ligam ao Estado-Nação alemão, a forma social deixa de depender do indivíduo que o observa para se tornar real como fato coletivo. Isso significa que conforme a forma social se difunde no imaginário coletivo ela se torna um fato objetivo, apesar da sua ontologia social (WENDT, 2017).

Baseado nesses argumentos, Alexander Wendt (2017) discute a antropomorfização do Estado e a sua capacidade de desenvolver identidades, interesses e intencionalidade. Estas qualidades são importantes para que os Estados assumam o papel de agentes na Teoria Social. Eles não são, no entanto, os únicos atores da política internacional, mas são eles os agentes por serem “(...) a forma dominante de subjetividade na política mundial contemporânea, isso significa que deveriam ser a principal unidade de análise para pensar numa regulação global da violência” (WENDT, 2017, p. 25).

Os Estados são designados agentes na Teoria Social (WENDT, 2017) devido a forma como são representados pelo autor. Isto é, o Estado não pode ser observado de forma literal, mas é possível enxergar seus representantes, seus governos e seus agentes. O papel dos seus representantes é fundamental, pois os Estados são constituídos pelas crenças coletivas que são formadas ao longo dos seus governos. Sendo assim, seus representantes podem não ter vivido as mesmas situações políticas que seus antecessores, mas são conscientes dos comportamentos e preferências que o seu Estado construiu ao longo do tempo e que, portanto, constituem sua identidade, seus interesses e suas relações na política internacional. Nesse sentido, identidade no sentido mais amplo é qualquer coisa que faz algo ser o que é, porém, mais do que isso, identidades dependem de uma relação entre *Self* e *Other*. Se um Estado se reconhece como tal (*Self*), os demais também devem reconhecê-lo assim (*Other*) para que a sua intenção identitária seja concretizada. Isso ocorre em diversos aspectos da identidade de um Estado. Por exemplo: se quiser ser visto como um Estado cooperativo é necessário que os outros confirmem essa intenção.

Como forma de explicar as interações entre *Self* e *Other* na estrutura, Wendt (2017) concebe o que chama de conhecimentos

privados e comuns dos Estados. O conhecimento compartilhado é um elemento essencial para explicar a inclusão de ideias sobre a estrutura, pois permite explicar porque inimizades ou amizades são fatos culturais. As interações entre *Self* e *Other* produzem a intersubjetividade<sup>9</sup> necessária para que se possa falar de uma estrutura social de co-constituição. Os conhecimentos privados são importantes principalmente para avaliações de comportamento dos Estados frente às situações internacionais ou para avaliações das suas respectivas políticas externas. Este tipo de conhecimento, apesar de dar-se individualmente, pode ocasionar diferentes efeitos quando um agente interage na estrutura. Isto significa que quando em interação, o conhecimento privado se eleva e concebe uma estrutura social que não poderia ser prevista por nenhuma das partes previamente. Quando isso ocorre, se forma o conhecimento compartilhado, por isso os dois tipos de conhecimentos estão intimamente ligados (WENDT, 2017).

A cultura explica como os agentes se percebem e se percebendo, constroem as relações que ditam as suas ações uns em relação aos outros: “A cultura assume muitas formas específicas, incluindo normas, regras, instituições, ideologias, organizações, sistemas de ameaça e assim por diante” (WENDT, 2017, p. 180). Em outras palavras, o conhecimento compartilhado é o estágio em que os agentes dão origem a uma cultura que escapa do seu domínio. Com o avanço deste processo, inicia-se então outro nível em que os agentes já não possuem o mesmo controle das relações sociais.

Para que agente e estrutura internacional se co-constituam, Wendt (2017) elege a superveniência como argumento central para sua explicação. A fim de demonstrar como a superveniência pode conciliar relações entre uma propriedade e outra, o autor expõe o seguinte exemplo: filósofos da mente possuem uma forte intuição de que estados mentais (macro) existem devido a estados do cérebro (micro). Todavia, a Ciência do cérebro os confronta dizendo que um mesmo estado mental pode ser reproduzido por diversos

---

9. A intersubjetividade, na Teoria Social, resume o processo social que possibilita a troca de ideias entre um agente e outro. Estas trocas ocorrem a partir das individualidades de um agente em relação ao outro agente, mas quando compartilhadas criam interações de efeitos estruturais. Estes efeitos influenciam a forma como um agente percebe o outro e como o outro age a partir dessas mesmas percepções. O processo intersubjetivo mostra como a interação social entre os agentes dá origem a novos elementos em relação ao início da interação (WENDT, 2017).

estados do cérebro, o que impossibilitaria uma relação direta entre uma propriedade e outra. A superveniência sana esse problema quando afirma que a relação entre uma propriedade e outra não necessariamente é causal e de dependência ontológica, mas sim constitutiva (WENDT, 2017). Nesse sentido:

(...) uma classe de fatos (macro) “sobrevém” a outra classe de fatos (micro) quando o mesmo com respeito a microestados implica o mesmo com respeito a macro estados. A mente sobrevém ao cérebro, por exemplo, porque duas pessoas com estados cerebrais idênticos estarão em estados mentais idênticos. De forma semelhante, estruturas sociais sobrevém a agentes porque pode não haver nenhuma diferença entre aquelas estruturas sem uma diferença entre os agentes que a constituem. Notem que essas relações são constitutivas, não causais; a afirmação da superveniência não é que mentes e estruturas sociais são causadas por cérebro e agentes, mas que de uma forma eles são essas coisas (WENDT, 2017, p. 195).

Contudo, a partir da superveniência não é possível dizer que agentes causam a estrutura ou que a estrutura causa um determinado efeito nos agentes: o que ocorre é que um faz parte do processo de formação do outro. Estes apontamentos extraídos de Wendt possibilitam avançar e observar que as culturas instauradas na estrutura podem se configurar em três tipos de anarquia: a hobbesiana, lockeana e kantiana (WENDT, 2017).

Sendo assim, apesar de a anarquia ser caracterizada de uma forma única e geral, seus efeitos na estrutura dependem dos significados que lhe são atribuídos pelos agentes e suas interações. Wendt (2017) caracteriza a estrutura em termos sociais, significando assim que a anarquia não tem um papel fechado, dado que a socialização pode ressignificá-la através da intersubjetividade. Logo, de modo geral, os agentes podem se configurar como coletivistas, revisionistas ou defensores do *status quo*. Se na política internacional existem mais ou menos conflitos, isto é explicado pelas relações construídas entre os agentes.

Segundo Wendt (2017), a cultura hobbesiana é marcada pela hostilidade e neste contexto os Estados não reconhecem uns aos outros como entes autônomos que possuem o direito de existir. Na anarquia hobbesiana os Estados são revisionistas – suas intenções são as de revisar a vida do inimigo e para isso não medem esforços. Já a cultura lockeana é caracterizada pela rivalidade e pela individualidade. A rivalidade reconhece no outro a liberdade de ser e de existir, mas isso não descarta por completo a necessidade da

guerra. Não é possível falar na intenção de prejudicar o outro, mas sim na intenção de manter o *status quo*. Na cultura lockeana o respeito às normas e as instituições já estão enraizadas nos agentes e por isso, um rival pode esperar que em um determinado momento uma situação seja resolvida com violência, contanto que esteja dentro dos limites impostos e aceitáveis. Por fim, a terceira cultura de anarquia é a kantiana. Para Wendt, após a Segunda Guerra Mundial, muitos agentes têm ido além da cultura lockeana e parecem ter construídos relações de amizade uns com os outros. Neste tipo de anarquia, os complexos de segurança formados pelos agentes indicam que o reconhecimento de *Self* e *Other* é tão estreito que há uma verdadeira relação de cooperação. Para que relações de amizade se sustentem, os agentes confiam na suposição de que seus parceiros não resolveriam impasses entre si através da violência e que lutariam juntos em prol da segurança coletiva.

Quanto às mudanças estruturais, se poderia pensar que por serem estruturas sociais as mudanças poderiam ocorrer a qualquer momento bastando apenas a vontade dos agentes. O autor rejeita essa ideia. Wendt (2017) argumenta que por dependerem do compartilhamento de ideias, as estruturas sociais são mais rígidas e mais difíceis de serem modificadas do que as supostas estruturas neorrealistas. A mudança estrutural é possível, mas depende de muitos fatores, tais como o nível de internalização que a cultura anárquica atingiu e o subsequente conhecimento compartilhado entre os agentes.

Enfim, para Alexander Wendt, as premissas centrais que explicam a ontologia da estrutura implicam observar uma visão estruturalista da política internacional que concebe a inclusão das ideias e que mostra a possibilidade de agente e estrutura se constituírem mutuamente. Por isso é que a ontologia da estrutura, para Wendt, é social, afinal o compartilhamento de ideias na estrutura possibilita significá-la conforme a cultura construída entre os agentes. Nesse sentido, como indica o título do artigo expoente do autor, a anarquia é o que Estados fazem dela (WENDT, 1992).

## Mesmo conceito, distintas abordagens

Nesta seção, as premissas centrais do conceito de estrutura da política internacional no Realismo Estrutural de Kenneth Waltz e na Teoria Social de Alexander Wendt são comparadas para elencar

as semelhanças e divergências no que tange às bases epistemológicas, os atores/agentes que compõem e se relacionam na estrutura, o papel das forças materiais e ideacionais, o entendimento do cenário anárquico e suas concepções das mudanças estruturais.

A primeira diferença aparente entre o Realismo Estrutural e a Teoria Social, no que tange à estrutura, reside na posição teórica que cada autor assume. Por um lado, Waltz (1979) concebe a estrutura como um conceito de altíssima abstração teórica e por outro, Wendt (2017) advoga uma influência maior do mundo empírico na construção de sua teoria. O segundo autor desenvolve o argumento de que as formas sociais, tais como o Estado ou a estrutura, se tornam autônomas da teoria ao passo em que se tornam reais, no sentido de não dependerem da interpretação individual para a consagração de suas existências. Este primeiro ponto já os afasta, visto que as intenções de Waltz (1979) em construir uma teoria objetiva e científica o fazem ignorar uma série de fatores da política internacional, tais como as relações sociais e as identidades, que são tratados mais extensamente por Wendt (2017). Este mesmo tópico os leva para construções diferentes sobre a relação ator/agente/estrutura e isso os encaminha para rumos distintos quanto à atuação e o comportamento da estrutura.

Em Waltz (1979), a estrutura é formada pelas unidades políticas do SI – ou contemporaneamente, os Estados. Para ele, os Estados formam a estrutura não porque o querem, mas por serem eles as unidades de maior relevância na política internacional. Com isto, Waltz se mostra muito mais sucinto que Wendt: os Estados são as unidades do sistema por conta de seu caráter político-jurídico soberano e por serem os únicos entes internacionais a traçarem seus próprios destinos a partir dos constrangimentos estruturais.

Logo, os dois autores constroem teorias estadocêntricas, mas o que Waltz intitula unidades políticas, Wendt (2017) caracteriza como agentes. Os motivos que levam este último a caracterizar os Estados como os agentes do Sistema Internacional são diferentes daqueles que levaram Waltz a definir os Estados como as unidades políticas. Wendt (2017) trata dos Estados como agentes pela sua condição de perpetuar crenças, percepções e desejos através dos agentes corporativos que compõem os governos ao longo do tempo. O que parece uma semelhança à primeira vista (duas teorias estadocêntricas) é no fundo uma divergência criada pela visão ontologicamente social que Wendt possui da política internacional. Isso ocorre porque os agentes na Teoria Social têm características

antropomórficas que não são encontradas no Realismo Estrutural. Nesse sentido, Alexander Wendt “permite” que os Estados tenham influência bem mais extensa na sua teoria, já que são as suas interações que compõem a estrutura.

Todavia, apesar de Alexander Wendt divergir de Kenneth Waltz quanto às atribuições e características do Estado na estrutura, ambos convergem quando delimitam suas teorias a um recorte espaço-temporal pautado no estadocentrismo. Este recorte é alvo da crítica que pós-modernos e pós-estruturalistas fazem quanto à teorização da política internacional pautada na vida dos Estados. Em outras palavras, o que pós-modernos buscam criticar é a ideia de que a política internacional está condicionada ao Estado e que a ideia de anarquia se origina da vida estatal. Por exemplo, Robert Walker (2013), expoente do pós-modernismo nas RI, observa atentamente a exclusão que teorias estadocêntricas cometem quanto à vida e fenômenos internacionais anteriores ao Estado. Ao fazer isto, este autor observa como estas mesmas teorias estão alicerçadas em noções de “fora” ou “dentro” ou “quando” e “onde” que estão ligadas ao Estado e que por consequência, influenciam na maneira como enxergamos a política internacional. A crítica observa o seguinte:

O que considero mais problemático é o fato de as Relações Internacionais considerarem inquestionável sua construção por meio de uma teoria, ou um complexo de teorias, a partir de argumentos relativos a uma identidade soberana no espaço e no tempo. Prefiro supor que qualquer análise da política mundial contemporânea que adote o princípio da identidade soberana no espaço e no tempo como uma verdade absoluta sobre a forma como o mundo é (...) só pode trabalhar com analogias e metáforas tiradas de discursos nos quais essa suposição também seja tomada como verdade absoluta: em consequência, grande parte do apelo contemporâneo da teoria microeconômica utilitária explica padrões de conflito e cooperações entre os Estados (Walker, 2013, p. 25-26).

Isto é, o autor aponta para o risco em definir a política internacional pelo organismo estatal. Um exemplo claro disto envolve a ideia de anarquia, abordada por Richard Ashley (1995). A anarquia está ligada diretamente a noção de que a política internacional é formada pelos Estados, dado que a anarquia existe por não haver nenhuma organização superior a eles próprios. Estes argumentos advindos de uma terceira visão sobre o assunto são válidos para evidenciar como Kenneth Waltz e Alexander Wendt podem se encontrar distantes ontologicamente ainda que estejam passíveis de críticas semelhantes.

Retornando ao assunto principal, Wendt (2017) argumenta que poder e interesses são ideias pelos propósitos que os antecedem e, com isso, critica o Realismo Estrutural por tentar transformar em dogma a ideia de que poder e interesses nas RI são forças materiais. Esse aspecto fica claro na seguinte passagem: “Ninguém nega que os Estados agem com base em interesses percebidos. Eu, certamente, não nego. (...) interesses não devem ser entendidos como uma variável exclusivamente “realista”. O que importa é como se acredita que os interesses são constituídos” (WENDT, 2017, p. 146). Contudo, apesar de entender que poder e interesses são ideias devido aos propósitos que servem, Wendt assinala em sua teoria a influência de forças materiais, mesmo que a um nível baixo. Isso o faz se afastar dos construtivistas mais próximos aos pós-modernos, em que apenas as ideias importam. O próprio autor clama para si um “materialismo simplório” e evita estar a par do que ele chama *ideas all the way down*.

A partir da comparação deste tópico, três pontos ficam claros: (i) Wendt não está disposto a abrir mão completamente das forças materiais e de se aproximar de construtivistas que abordam em suas obras a importância exclusiva das ideias na construção da política internacional. A decisão de Wendt em assumir que forças materiais exercem alguma influência na estrutura e na sua relação com os agentes é por vezes condenada por ser contraditória ao construtivismo e nesse sentido, sua visão pode ser rejeitada por construtivistas mais ligados ao pós-modernismo; (ii) Ao passo em que Wendt transforma dois elementos “materiais” caros ao Realismo Estrutural (poder e interesse) em elementos sociais, o autor se afasta também da ponte que pretende alcançar com neorealistas; (iii) Na combinação dos dois pontos acima, Alexander Wendt se isola teoricamente, no sentido de que não está nem completamente no campo construtivista – que se alicerça principalmente nas ideias – e nem ao Realismo Estrutural – que não comporta nenhum tipo de socialização.

Na relação atores/agentes e estrutura, o agente social de Wendt (2017) produz uma estrutura fundamentada na socialização, pois ambos se co-constituem através do processo intersubjetivo de compartilhamento de ideias. Este ponto crucial da teoria de Wendt diverge significativamente da de Waltz (1979), para quem as unidades políticas no Realismo Estrutural não constituem a estrutura no sentido de terem poder de influência sobre ela e estão submissas, inclusive, às suas condicionalidades.

Portanto, o “novo estruturalismo” de Alexander Wendt (2017) se choca com elementos fundamentais do estruturalismo de Kenneth Waltz, no qual as questões culturais e sociais entre os atores não têm significância para explicar a estrutura (WALTZ, 1979). Por outro lado, grande parte da Teoria Social de Alexander Wendt se dedica a mostrar justamente como a socialização é fundamental para explicar a relação agente/estrutura, como também as interações entre um agente e outro. No Realismo Estrutural, não há essa possibilidade, o fenômeno social que é um ponto crucial da Teoria Social, é deixado intencionalmente de lado.

Diante disto, a ontologia da estrutura, para Kenneth Waltz (1979) não permite que as relações sociais sejam exploradas, pois esta possibilidade é excluída logo no início. Isto ocorre, pois todo elemento que pertencer às relações construídas entre atores está fora do nível de análise da estrutura. Além disso, esta condição “subordinada” da unidade política em relação aos constrangimentos estruturais produz a autoajuda, dado que a anarquia na estrutura internacional induz o comportamento egoísta dos Estados. Tal interpretação, no Realismo Estrutural, assume que a anarquia é crucial para explicar o sucesso e o insucesso das unidades políticas – visto que as unidades dependem dos seus comportamentos frente aos constrangimentos estruturais para poderem prosperar.

A mesma importância é vista na Teoria Social, porém, ressalvas são necessárias. A anarquia para Alexander Wendt (2017) não implica em um contexto dado de comportamentos ou constrangimentos estruturais. Pelo contrário, o autor avalia a anarquia conforme as significações que os agentes atribuem a ela a partir das relações construídas uns com os outros, com base na observação de fatores culturais e das ideias nas relações intersubjetivas. Nesse sentido, comportamentos como o de autoajuda não são considerados inerentes à anarquia, seu papel não é causal e sim constitutivo.

Ainda sobre anarquia, os autores constroem categorizações diferentes para tipos estruturais possíveis. Wendt (2017) desenvolve o que intitula três culturas de anarquia (hobbessiana, lockeana e kantiana), enquanto Waltz (1979) admite apenas a anarquia como ausência de uma autoridade superior aos Estados e a possibilidade da hierarquia internacional. Observa-se, com isso, que essas distinções estão ligadas a pressupostos ontológicos sobre como a estrutura é construída em suas obras. Wendt está interessado em entender como os agentes são capazes de desenvolver relações sociais no âmbito internacio-



nal que os levam a diferentes formas de anarquia e Waltz, por sua vez, enxerga a anarquia na estrutura em termos práticos: a anarquia existe pela inexistência de uma organização superior aos Estados. Ou, no caso de sua existência, se instaura uma hierarquia internacional.

Como último ponto analisado, Wendt e Waltz discordam em relação ao termo mudanças estruturais. Uma das principais críticas à Waltz reside na incapacidade do neorealismo de explicar satisfatoriamente as mudanças estruturais ou de enxergar como mudanças estruturais certos fenômenos da política internacional (RUGGIE, 1983). Sobre este ponto, Wendt (2017, p. 34) alega que: “(...) o Neorealismo reconhece a possibilidade de mudança estrutural num sentido – especificamente transições de uma distribuição de poder para outra”. Ele aponta ainda que fenômenos importantes da história das RI são deixados de lado por não serem entendidos como mudanças estruturais, como o fim da Guerra Fria ou a ascensão dos Estados modernos.

Após finalizar com a síntese das diferenças ontológicas na estrutura de Waltz e em Wendt, insere-se a seguir um pequeno conjunto de considerações críticas que a Teoria Social de Alexander Wendt enfrentou e que contribuem para as últimas considerações do artigo. Uma primeira crítica vem de Friedrich Kratochwill (2006), expoente construtivista, que foca na possibilidade de uma nova ortodoxia atribuída à Teoria Social e nas intenções de Wendt de aproximar e conciliar epistemologias opostas das Relações Internacionais, visto que a sua finalidade é englobar posicionamentos de vários debates, muitas vezes conflitivos entre si. Isso suprimiria a possibilidade de surgimento de novas ideias ou teorias ou mesmo o processo de debates entre elas. Nas palavras de Kratochwill (2006, p. 22, tradução nossa):

De certa forma, estou mais preocupado que, em vez de permanecer como uma provocativa e frutífera iniciativa, fiel às suas premissas construtivistas, o “meio termo razoável” que emerge do engajamento de Wendt com os realistas Waltzianos não reconstituídos, e com os cientistas políticos um tanto desorientados do mainstream, e também com os fiéis da escolha racional, pode realmente ter sucesso em se tornar a nova ortodoxia.<sup>10</sup>

---

10. In a way, I am more worried that, instead of remaining a provocative and fruitful new departure, true to its constructivist premises, the ‘reasonable middle ground’ that emerges from Wendt’s engagement with unreconstituted Waltzian realists, with the somewhat disoriented political scientists of the mainstream, and with rational choice believers, might actually succeed in becoming the new orthodoxy.

Ainda que o autor critique a forma como Wendt intenta englobar diversos debates numa só teoria, sem assumir lados, Kratochwill (2006, p. 22, tradução nossa) não deixa de elogiar a Teoria Social por ser “(...) muito mais abrangente e sofisticada do que a maioria das discussões “teóricas” em RI” como também pela sua densidade e aprofundamento teóricos”.<sup>11</sup> Wendt também foi elogiado pelo pioneirismo da sua teoria quanto à introdução de conceitos e preceitos sociológicos no campo das RI por Barry Buzan (2006), importante autor da Escola Inglesa de Relações Internacionais. Mas, este autor, não deixa de apontar os perigos que Wendt assume durante a construção de sua teoria. Segundo ele, Alexander Wendt peca no seu projeto de conciliar abordagens nas RI, não apenas pela impossibilidade de um projeto como este, mas principalmente pela posição paradigmática que a Teoria Social se encontra sem estar nem a um, nem a outro lado. Sobre isto diz Buzan (2006, p. 16, tradução nossa): “Wendt (...) se credita pelo avanço do debate teórico. Porém, o posicionamento intermediário do construtivismo wendtiano significa que ele está sujeito a ataques de ambos os lados – o materialismo racionalista neo-neo e o pensamento pós-moderno ‘ideas all the way down’<sup>12</sup> e sugere ainda “(...) que as guerras de duas frentes são difíceis de vencer”.<sup>13</sup>

As observações dos autores que expõem algumas das fraquezas da Teoria Social e, permitem apontar que, dentre outras coisas, Alexander Wendt elaborou sua teoria a fim de superar o Realismo Estrutural. Mas, fica claro que o conceito de estrutura da política internacional, fundamental tanto em Wendt, quanto em Waltz, diverge nas duas visões logo nas primeiras decisões teóricas tomadas por cada autor, o que reflete ao longo das duas teorias.

## Considerações finais

As premissas que sustentam a visão de Kenneth Waltz (1979) acerca da estrutura da política internacional reforçam a noção de autoajuda e por consequência, a ideia de que os Estados devam ser, antes de tudo, egoístas e autointeressados para que possam atingir

11. (...) far more comprehensive and sophisticated than most ‘theory’ discussions in IR”.

12. Wendt (...) often credit him with advancing the theoretical debate. But the middle-ground positioning of Wendtian constructivism means that it is subjected to attack from both sides—neo-neo rationalist materialism, and postmodern, ‘ideas all the way down’ thinking.

13. “(...) two-front wars are difficult to win.

seus objetivos na busca por poder. Num cenário como este, em que a autoajuda impera, a anarquia se torna espelho da guerra do homem contra o homem, aos moldes de Thomas Hobbes. As relações entre os Estados – que no espectro social não existem no Realismo Estrutural – passam a ser tóxicas na medida em que a confiança mútua não encontra morada, dado que o pior é sempre esperado pelos Estados. Em decorrência deste contexto, não existem muitas brechas para que a cooperação, a paz e a busca por uma ética internacional floresçam. Estas condições provêm da própria delimitação em Kenneth Waltz (1979), que não permite pensar em questões importantes da política internacional, como àquelas relacionadas às subjetividades das relações interestatais e/ou as identidades construídas (ou reafirmadas) pelos Estados.

Waltz (2017) também não fornece bons elementos explicativos para as mudanças estruturais já que concebe apenas dois tipos estruturais possíveis, a anarquia e a hierarquia. Outra fraqueza se manifesta na sua generalização dos acontecimentos da política internacional, pois qualquer relação ou interação pode ser explicada pelas premissas da autoajuda. Um bom exemplo disto é o da balança de poder aplicado como resultado, a priori, das ações oriundas das condicionantes estruturais sobre as unidades. Segundo os argumentos neorrealistas de Waltz (1979), qualquer ação ou interação pode ser entendida como uma balança de poder, o que epistemologicamente enfraquece o argumento do autor, já que ele se torna generalizante e pouco específico.

Na perspectiva de Alexander Wendt (2017), se por um lado o autor é um dos “pioneiros” na disciplina ao discutir a dimensão social das relações entre os Estados, suas identidades, preferências, culturas e assim por diante, por outro, sua teoria reforça omissões vistas em Kenneth Waltz, como por exemplo, a dificuldade em explicar o processo das mudanças estruturais, ainda que na Teoria Social existam mais tipos estruturais aceitos e a possibilidade destes tipos coexistirem em um mesmo espaço-tempo. Isso decorre da falta de especificidade do autor ao explicar como uma cultura de anarquia transita de um tipo para outro. Apesar destes problemas, Wendt fornece uma gama maior de respostas do que Kenneth Waltz. A inclusão das ideias e da cultura na estrutura permite que as possibilidades de análises sejam infundáveis e de certa forma, mais imprevisíveis. Mesmo assim, a qualidade infundável de fatores admitidos pela Teoria Social apresenta perigos: praticamente tudo

pode ser explicado na política internacional a partir dos argumentos da cultura e das ideias, tidos como argumentos especialmente ricos quanto à capacidade explicativa.

Afora estes riscos, a característica social da teoria de Wendt (2017) é sua “marca registrada”, pois permite observar a política internacional pelas subjetividades que as relações abrigam e que pode produzir maiores graus de significados interpretativos que o Realismo Estrutural. Por estes motivos a Teoria Social foi importante para popularizar o construtivismo e abrir caminho para novas abordagens e teorias com ênfase nos processos sociais da política internacional.

Quanto aos problemas compartilhados pelas duas teorias, observa-se que tanto o Realismo Estrutural como a Teoria Social sofrem dos males do estruturalismo: a universalização e espacialização da política internacional ao assumir quem são as unidades/agentes e seus papéis dentro de uma estrutura que os condiciona por completo ou em parte. Embora compartilhem desta semelhança, as diferenças entre o Realismo Estrutural e a Teoria Social superam o principal ponto em comum entre elas que é a presunção de uma estrutura. Isso se comprovou durante o estudo, no qual foi possível observar, ponto a ponto, as suas discordâncias. Logo, a hipótese de que a ontologia da estrutura é distinta entre as duas teorias estudadas foi confirmada.

À vista destas colocações e tendo em mente o posicionamento dos dois autores estudados, conclui-se com uma crítica ao estruturalismo na disciplina. Esta se torna necessária, pois evidencia um problema inerente da concepção de estrutura da política internacional: a espacialização das Relações Internacionais. O conceito apenas reforça uma noção já existente que diz respeito à construção do internacional com base na diferenciação da política, que se compartimentaliza entre o interno e o externo, o indivíduo, o Estado e o Sistema Internacional. Isso ocorre já ao se definir a Estrutura, pois sua definição pressupõe condições prévias à condução da política internacional e estas não podem ser tomadas como verdades absolutas. Estas pré-condições anulam processos e conjecturas históricas que foram necessárias à formação da política internacional como a conhecemos hoje, bem como os significados construídos em relação a ela e as narrativas que se tornam/tornaram dominantes nas RI. Neste sentido, incentiva-se o leitor que busque por leituras alternativas ao estruturalismo, a fim de que sejam contrapostas aos dois principais estruturalistas da disciplina abordados

neste trabalho. Estes diálogos são fundamentais para que a crítica possa expor problemáticas quanto ao conceito de Estrutura, bem como de outras premissas que estão enraizadas na disciplina das Relações Internacionais.

## Referências

ASHLEY, Richard K. The Powers of Anarchy: Theory, Sovereignty, and the Domestication of Global Life. *In*: ASHLEY, Richard K.; DER DERIAN, James (org.). **International Theory: Critical Investigations**. Londres: Palgrave Macmillan, 1995. p. 94-128.

BOOTH, Ken (Org.); SMITH, Steve (Org.); ZALEWSKI, Marysia (Org.). *International Theory: positivism & beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BUZAN, Barry. Series editor's preface. *In*: GUZZINI, Steffano; LEANDER, Anna (org.). **Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and its critics**. Londres: Routledge, 2006. p. xv-xvi.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

KRATOCHWILL, Friedrich. Constructing a new orthodoxy? Wendt's Social Theory of International Politics and the constructivist challenge. *In*: GUZZINI, Steffano; LEANDER, Anna (org.). **Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and its critics**. Londres: Routledge, 2006. p. 21-48.

RUGGIE, John G. Continuity and Transformation in the World Polity: toward a neorealist synthesis theory of international politics, **World Politics**, Cambridge, v. 35, n. 2, p. 261-285, jan. 1983.

WALKER, Robert B. J. **Inside/Outside: Relações Internacionais como Teoria Política**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. Berkeley: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: the Social Construction of Power Politics. **International Organization**, Washington, v. 46, n. 2, p. 391-425, mar. 1992.

WENDT, Alexander. **Teoria Social da Política Internacional**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2017.

*Recebido em: 04/07/2019*

*Aprovado em: 28/10/2019*